

# Algarve Conjuntura

## Retrospectiva 2007 - 2015

### Economia mundial

#### Evolução do contexto socioeconómico durante o período do QREN<sup>1</sup>

Ao contrário do que sucedeu entre 2000 e 2006, período em que a economia mundial registou ritmos de crescimento assinaláveis, em grande parte devido à evolução nos países emergentes, ao aumento do investimento e do comércio internacional, os anos de 2007 a 2013 ficaram sobretudo marcados pela crise financeira e económica global.

Esta situação foi originada pela chamada “crise dos *subprime*” que, em 2007, conduziu diversas entidades financeiras à insolvência ou obrigou à intervenção dos bancos centrais, gerando forte perturbação nos mercados monetários e bolsistas e um forte clima de incerteza. Paralelamente, durante o 2º semestre de 2007 assistiu-se também a um forte aumento do preço das matérias-primas, nomeadamente do petróleo, e no final do ano é já visível uma quebra acentuada no comércio mundial.

Em 2008 observa-se uma forte desaceleração nas economias desenvolvidas e, por arrasto, num conjunto de outros países. Em 2009 confirma-se um quadro recessivo, particularmente marcado na União Europeia, Japão e EUA, a que escapam as economias dos países emergentes e em desenvolvimento. No ano seguinte a economia mundial recupera mas entre 2011 e 2013 verifica-se uma desaceleração do crescimento.

#### Taxa de variação real do PIB (%)

Fonte: FMI e Eurostat

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Economia mundial	5,7	3,1	0,0	5,4	4,2	3,4	3,4	3,4	3,5
Economias avançadas	2,8	0,2	-3,4	3,1	1,7	1,2	1,4	1,8	2,4
Zona Euro	3,0	0,4	-4,5	2,1	1,5	-0,9	-0,3	1,1	2,0
União Europeia (UE 28)	3,0	0,4	-4,4	2,1	1,7	-0,5	0,2	1,5	2,2
Economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento	8,7	5,8	3,1	7,4	6,2	5,2	5,0	4,6	4,3

1) Alguns dos dados apresentados ou que servem de suporte à análise constituem estimativas ou têm carácter provisório

### Economia portuguesa

Em Portugal os primeiros efeitos da crise financeira global foram sentidos logo em 2008. *“Apesar da atividade económica ter recuperado parcialmente em 2010, em paralelo com um acentuado expansionismo orçamental, a acumulação de desequilíbrios macroeconómicos resultou no pedido de assistência financeira internacional em 2011”*<sup>2</sup>. Tal conduziu à adoção de medidas com grande impacto na economia nacional, particularmente incidentes nas famílias e empresas. Estas medidas motivaram uma forte contenção orçamental e o aumento significativo da carga fiscal. Simultaneamente registou-se uma grande quebra no investimento, uma forte retração do consumo interno e dificuldades de acesso ao crédito, bem como uma acentuada quebra nos indicadores de confiança. Estas condições desfavoráveis, aliadas às fragilidades estruturais da economia, condicionaram fortemente a recuperação económica.

Três anos após o programa de assistência económica e financeira (PAEF) e os ajustamentos prosseguidos pelo país, *“o produto real voltou a crescer ficando, porém, a níveis de 2003. Esta evolução foi acompanhada por uma redução de aproximadamente 600 mil empregos, dos quais cerca de 60 mil foram recuperados em 2014. Entre 2011 e 2014, o ajustamento foi acompanhado por uma redução progressiva da taxa de inflação que, à semelhança de 2009, voltou a atingir valores negativos”*<sup>3</sup>.

Fatores como *“o elevado desemprego no setor privado, o corte de salários no setor público e o já referido aumento da carga fiscal”* contribuíram para o aumento da incerteza e para o alargamento do fenómeno da pobreza a novos grupos, o que teve grande impacto no consumo, quer de bens correntes e serviços, que recuou para valores de 2003, quer de bens duradouros, que não atingiu sequer dois terços do volume registado em 2007. Face a este cenário *“o nível de vida das famílias [apresentou], em 2013, valores 25% inferiores à média europeia”*<sup>4</sup>, o que já não se verificava há duas décadas.

*“Entre 1999 e 2008, a participação de Portugal na zona euro foi acompanhada pela manutenção de um desequilíbrio permanente da balança de bens e serviços. Esta tendência apenas foi interrompida pela crise internacional de 2009, com a quebra generalizada do comércio internacional. Em 2014, o nível das importações igualou valores de 2010. O crescimento das exportações entre 2010 e 2014 (cerca de 28%) tornou-se o principal motor de correção da balança comercial”*<sup>5</sup>. *“A projeção de Portugal como país exportador de serviços assumiu um papel relevante na redução do défice do PIB em 9% entre 2008 e 2013, sendo que a diferença entre recebimentos e pagamentos subiu de 3% para 5% do mesmo indicador”*<sup>6</sup>.

Ao longo da última década, *“o peso das administrações públicas na dívida externa bruta registou uma rápida tendência de aumento”*, trilhando um caminho de insusten-

2) CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS (2015)

3) idem

4) MATEUS, Augusto (Coord.) (2015)

5) CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS (2015)

6) MATEUS, Augusto (Coord.) (2015)

## Economia portuguesa

tabilidade. “Se em 2007 a dívida pública representava 68% do PIB, em 2013 já se aproximava dos 130%, 70 pontos acima do limite máximo disposto no Tratado de Maastricht”<sup>7</sup>. Inversamente, “o setor da banca diminuiu para menos de metade a sua dependência de dívida externa” (47% do PIB em 2005 para 20% em 2014). No entanto, “a banca triplicou a sua posição de devedor (de 6% em 2005 para 18% em 2014) e a dívida externa líquida mais que duplicou nesta última década”<sup>8</sup>.

Embora sem inscrição orçamental, fatores como “os empréstimos contraídos no decorrer do PAEF e os apoios à recapitalização da banca [representaram], entre 2007 e 2015, mais de um quinto do crescimento da dívida”<sup>9</sup>.

No último biénio os principais indicadores macroeconómicos apresentaram, ainda que timidamente, alguns sinais de recuperação dos impactos da crise, animando mercados e trazendo alguma esperança às famílias e às empresas, que assumem o seu papel estabilizador e de suporte à recuperação económica.

### Portugal. Indicadores macroeconómicos

Fonte: INE. PORDATA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015pe
<b>PIB (variação real, %)</b>	1,6	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,5
Consumo Privado	1,5	2,4	1,5	-2,3	2,5	-3,6	-5,5	-1,2	2,3	2,6
Consumo Público	-0,2	0,7	0,4	2,6	-1,3	-3,8	-3,3	-2,0	-0,5	0,8
Investimento (FBCF)	0,0	2,6	0,8	-12,2	3,4	-14,0	-18,1	-5,1	5,1	4,6
Exportações	12,3	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,4	6,9	4,3	6,1
Importações	7,5	5,4	2,4	-9,9	7,8	-5,8	-6,3	4,7	7,8	8,2
<b>Contributo para var. real do PIB(p.p.)</b>										
Procura Interna	0,9	2,2	0,9	-3,6	2,0	-6,2	-7,6	-2,0	2,2	2,5
Procura Externa Líquida	0,6	0,1	-1,0	0,6	-0,1	4,6	3,6	0,8	-1,3	-1,0
<b>Variação dos preços (variação, %)</b>										
IPC	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4	3,7	2,8	0,3	-0,3	0,5
Deflator do PIB	3,2	3,0	1,7	1,1	0,6	-0,3	-0,4	2,3	0,8	2,1
<b>Mercado de trabalho (variação, %)</b>										
Taxa de desemprego	7,6	8,0	7,6	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4
Emprego total	0,4	0,0	0,4	-2,7	-1,4	-1,9	-4,1	-2,9	1,4	1,4
Remunerações	2,8	4,1	3,2	0,0	1,5	-3,8	-7,7	1,3	0,3	2,4
Produtividade aparente do trabalho	4,3	6,1	2,3	2,6	3,0	-0,1	0,9	4,2	-0,5	-
<b>Capac./Necess. Financ. da economia (% PIB)</b>										
Total da Economia	-9,5	-8,9	-11,4	-9,0	-9,0	-4,0	0,0	2,3	1,0	0,9

7) MATEUS, Augusto (Coord.) (2015)

8) CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS (2015)

9) MATEUS, Augusto (Coord.) (2015)

# Retrospectiva 2007 - 2015

## ALGARVE Contas económicas regionais

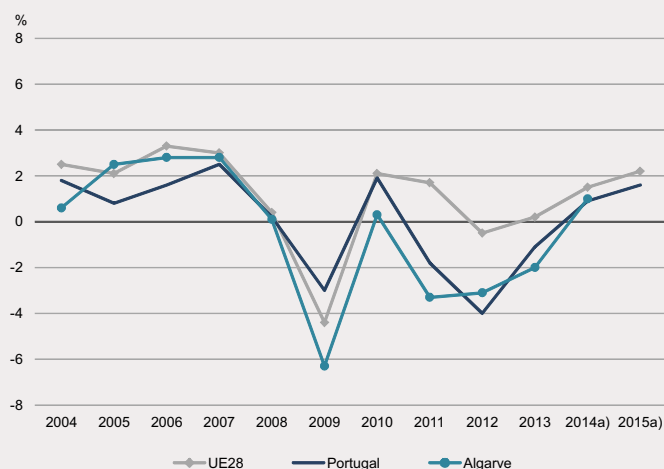
### Produto Interno Bruto

O Algarve foi particularmente afetado pela crise de 2008, como o demonstram alguns dos indicadores disponíveis. Em certas situações a região apresentou mesmo o desempenho menos favorável das NUTS II. Atualmente verifica-se já alguma recuperação, embora permaneçam sinais que ainda suscitam preocupação.

Entre 2000 e 2007 a economia algarvia registou um crescimento médio anual que rondou 2,6%, com os dois primeiros anos deste período a registarem taxas de variação real do PIB superiores a 4,5%. Em 2008 a situação alterou-se significativamente e o crescimento não foi além de 0,1% (0,2% em Portugal). No ano seguinte todas as regiões apresentaram um cenário recessivo, em especial o Algarve, onde a quebra do PIB atingiu 6,3%, em termos reais, valor bastante acima da média nacional (-3%) e do Alentejo (-4,7%), região com a segunda maior contração.

Em 2010 dá-se uma breve inversão da situação. O PIB português cresce então 1,9%, e todas as regiões registam taxas de variação superiores a 1%, à exceção do Algarve que não ultrapassa 0,3%. Em 2011 inicia-se um período de 3 anos consecutivos de recessão económica, que volta a ser mais marcada no Algarve (-3,3%) do que nas restantes regiões. Em 2012 e 2013 o PIB regional cai 3,1% e 2%, respetivamente, mas a região deixa de apresentar o desempenho mais negativo. Em 2014 volta a haver crescimento em todas as NUTS II, de acordo com os dados preliminares já publicados, sendo expectável que o mesmo suceda em 2015, tendo presente a evolução no país e na União Europeia.

**Taxa de variação (em volume) do PIB**  
Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE, Eurostat



a) dados preliminares ou provisórios

### PIB per capita

O PIB *per capita*, que em 2007 correspondia a 17,7 mil euros, diminuiu para 16,6 mil euros em 2013, o que correspondeu a uma variação nominal de -8,5%, bastante superior à média nacional e ainda com alguma diferença face à 2ª região

# Retrospectiva 2007 - 2015

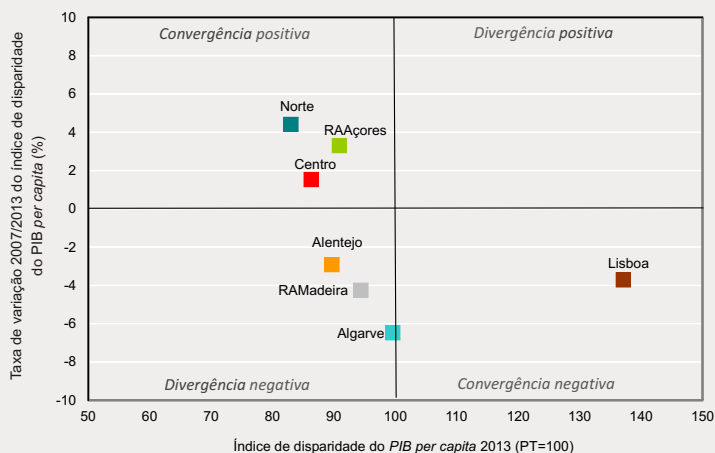
PIB per capita

com maior decréscimo - a Região Autónoma da Madeira, onde se registou uma quebra de 6,4%. Embora o Algarve continue a apresentar o segundo PIB *per capita* mais elevado, à semelhança do que ocorria em 2007, esta quebra mais acentuada colocou a região numa situação de divergência negativa, tendo o índice de disparidade passado de 106,5 para 99,6.

Consequentemente, a região algarvia apresentou também a maior variação do índice de disparidade face à média europeia, que desceu de 85% para 77%.

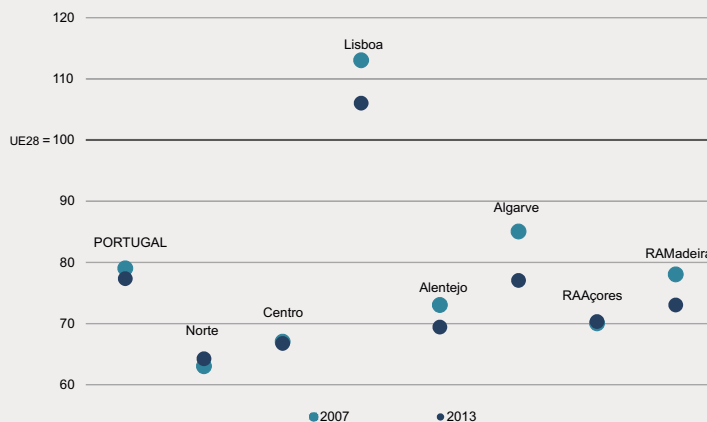
### Trajetórias de convergência das regiões portuguesas

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE; CCDRALgarve



### Índice de disparidade do PIB por habitante, em PPC, face à média UE28

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE



## Retrospectiva 2007-2015

### Valor Acrescentado Bruto

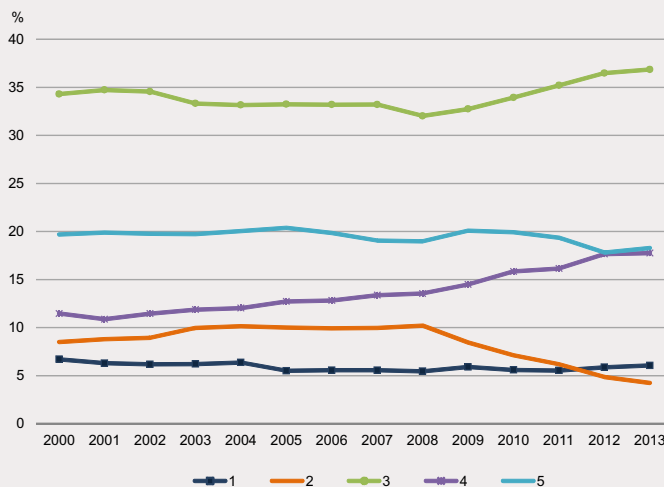
Uma análise ao PIB na ótica da Produção permite constatar que o VAB gerado no Algarve diminuiu cerca de 3,2%, em termos nominais, quando comparados os anos de 2007 e de 2013<sup>10</sup>, enquanto no país a redução foi de 1,1%. Refira-se que o desempenho regional foi, neste caso, menos negativo do que o de algumas outras regiões.

O VAB teve uma evolução positiva no caso das “Atividades imobiliárias” (+28,5%), do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (+7,4%), das “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (+5,5%) e das “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” (+2,6%), ramos de atividade que originaram 64,3% do VAB regional em 2013.

Nos restantes ramos de atividade verificou-se um decréscimo, tendo o mesmo sido particularmente intenso no caso da “Construção” (-58,8%) e das “Atividades financeiras e de seguros” (-32,5%).

#### **Algarve. Ramos de atividade com maior contributo para o Valor Acrescentado Bruto regional**

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE



- 1 - Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
- 2 - Construção
- 3 - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração
- 4 - Atividades imobiliárias
- 5 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social

10) 2013 - dados preliminares

## Retrospectiva 2007-2015

Valor Acrescentado Bruto

A “Construção”, que em 2007 se posicionava no 4<sup>a</sup> lugar no que respeita ao valor acrescentado gerado, trocou de posição com o ramo que engloba as restantes atividades do setor secundário, embora o contributo destas para o VAB, em 2013, fique aquém da VAB da “Construção” em 2007.

**Algarve. Contributo dos diferentes ramos de atividade para o Valor Acrescentado Bruto regional**

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE

	2007		2013Pe	
	Hierarquia	% VAB Alg	Hierarquia	% VAB Alg
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração	1º	33,2	1º	36,8
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social	2º	19,0	2º	18,3
Atividades imobiliárias	3º	13,4	3º	17,8
Construção	4º	10,0	6º	4,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio	5º	6,0	5º	5,3
Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	6º	5,6	4º	6,1
Atividades financeiras e de seguros	7º	4,4	9º	3,1
Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços	8º	3,4	7º	3,6
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9º	3,1	8º	3,2
Informação e comunicação	10º	1,9	10º	1,6

Saliente-se o aumento do peso dos Serviços, que passaram a representar 86,5% do VAB regional, mais 5,1 pontos percentuais do que em 2007. Mais de metade do VAB regional está, aliás, concentrado em apenas dois ramos de atividade.

Este reforço contínuo do setor terciário deve merecer a devida reflexão na medida em que a acentuada especialização da economia regional é reconhecida como uma fragilidade, nomeadamente porque diminui a resiliência da região a eventuais “choques”, de natureza diversa, com diferentes níveis de probabilidade de ocorrência e com possíveis efeitos mais ou menos dilatados no tempo.

É ainda de assinalar que para o reforço dos Serviços contribuíram sobretudo as “atividades imobiliárias”, quer em termos relativos, quer absolutos, estando estas fortemente associadas à construção que, no caso do Algarve, tem promovido uma significativa alteração na ocupação e uso do solo e que se caracterizam por algum nível de especulação.

## Retrospectiva 2007-2015

### Investimento

Uma das consequências evidentes da evolução desfavorável da economia foi a forte quebra no Investimento. A avaliação dos dados agregados do PIB, sob o prisma da Despesa, apontam para uma diminuição nominal de 36,3% da Formação Bruta de Capital Fixo a nível nacional, quando comparados os anos de 2007 e 2013. No Algarve, a quebra atingiu uns impressionantes 65,5%, suplantando significativamente o decréscimo verificado nas restantes regiões. Para se ter uma ideia mais exata desta realidade, refira-se que em 2007 a FBCF foi de quase 3 mil milhões de euros, enquanto em 2013 não ultrapassou 1,28 mil milhões de euros.

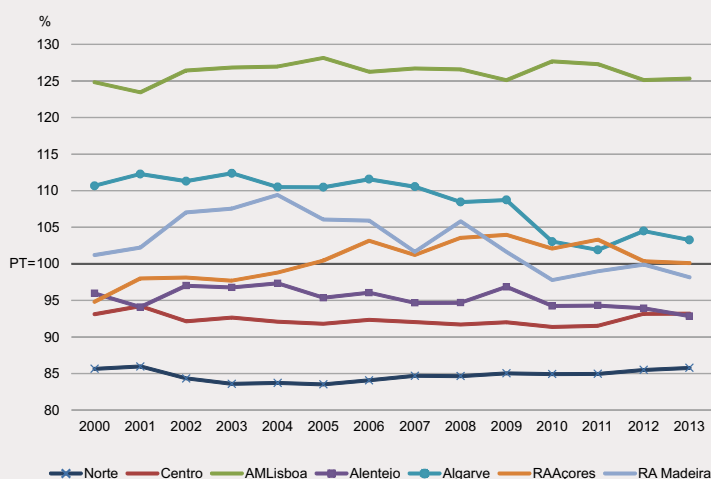
A descida ocorreu em todos os ramos de atividade, com exceção da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” que duplicou a FBCF, passando de 21 milhões de euros para 42,3 milhões de euros<sup>11</sup>. Este crescimento foi contínuo, mas particularmente intenso de 2012 para 2013, não sendo alheio a este facto os investimentos efetuados na área da aquacultura *off-shore*. Em cada um dos ramos de atividade com maior peso na economia regional a quebra na FBCF foi superior a 70%.

### Rendimento Disponível Bruto das Famílias

O forte impacto da crise na região algarvia foi ainda evidente na forma como evoluiu o Rendimento Disponível Bruto das Famílias (RDBF) por habitante. Embora o RDBF *per capita* na região continue a ser superior à média nacional, a descida observada face a 2007 foi bastante mais vincada do que nas restantes NUTS II.

#### Índice de disparidade do Rendimento Disponível Bruto das Famílias por habitante

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE



### Poder de compra per capita

O comportamento menos positivo apresentado pelos dados agregados do PIB é naturalmente visível num conjunto de outros indicadores, nomeadamente o Poder de Compra *per capita*, que deriva do estudo bienal sobre o Poder de Compra Concelhio.

11) Deve referir-se que 2007 foi um ano em que se verificou desinvestimento acentuado neste ramo de atividade. Entre 2006 - primeiro ano para o qual existem dados retrospectivos desagregados por ramo de atividade na nova série de Contas Regionais (base 2011), e 2012, o valor médio anual da FBCF neste setor rondou 29,8 milhões euros.



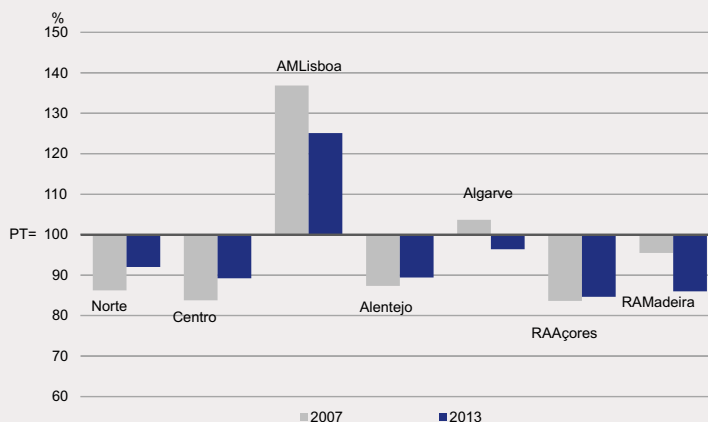
## Retrospectiva 2007-2015

### Poder de compra per capita

Entre 2007 e 2013 o Algarve foi uma das três regiões cujo poder de compra diminuiu, face à média nacional, embora o desempenho da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira tenha sido menos favorável. Tanto Lisboa como o Algarve apresentavam, em 2007, um nível de poder de compra superior ao do país, situação que se inverteu no caso da região algarvia.

#### Índice de disparidade do Poder de Compra per capita

Fonte: Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, INE



### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

A avaliação dos resultados do ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional no período de 2011<sup>12</sup> a 2014 permite tirar várias conclusões. Desde logo, verifica-se que a maioria das regiões apresentaram uma evolução no sentido de uma menor dispersão face à média nacional no índice global e no índice de competitividade<sup>13</sup>, ao contrário do que sucedeu no índice de coesão<sup>14</sup> e no de qualidade ambiental<sup>15</sup>. A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região a apresentar valores superiores à média no índice global e nos três índices parcelares, quer em 2011, quer em 2014.

12) A introdução de alterações metodológicas recentes no cálculo dos vários índices do ISDR impede a comparação com os resultados de 2007. A nova série apenas apresenta dados retrospectivos até 2011.

13) De acordo com o documento metodológico do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, "O índice de competitividade pretende captar o potencial (em termos de recursos humanos e de infraestruturas físicas) de cada região em termos de competitividade, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, ainda, a eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional".

14) "O índice de coesão procura refletir o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a uma maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais".

15) "A qualidade ambiental está associada às pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente (numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território), mas também aos respetivos efeitos sobre o estado ambiental e às consequentes respostas económicas e sociais em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas".

## Retrospectiva 2007-2015

### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

O Algarve aumentou a sua competitividade entre 2011 e 2014, posicionando-se agora como a 4ª região com o valor mais elevado, mas perdeu em coesão e em qualidade ambiental face à média nacional e passou para a 5ª e 7ª posição, respetivamente, no conjunto das sete regiões NUTS II. No índice global a região evoluiu muito ligeiramente, aproximando-se mais da média do país. No entanto, deve ter-se presente que o Algarve apresenta valores abaixo da média em todos os índices, sendo a única NUTS II nesta situação.

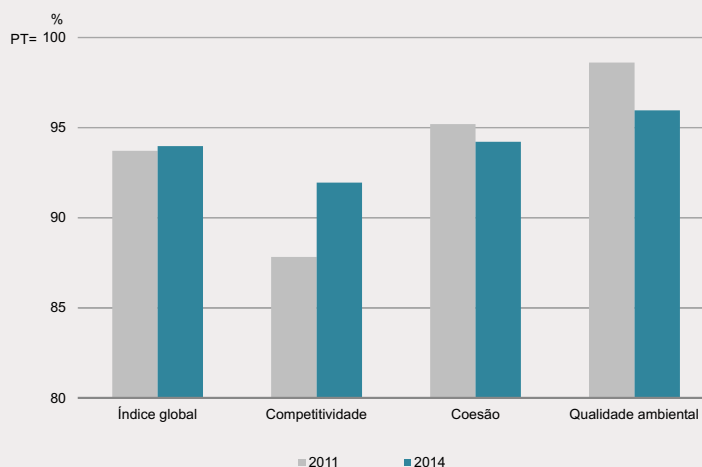
#### ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional por NUTS II (PT=100)

Fonte: INE

	Índice global		Competitividade		Coesão		Qualid. ambiental	
	2011	2014	2011	2014	2011	2014	2011	2014
Portugal	100	100	100	100	100	100	100	100
Norte	98,53	98,98	98,81	98,55	97,46	98,24	99,33	100,22
Centro	97,07	97,74	92,65	93,31	101,40	101,21	97,40	99,00
AM Lisboa	108,03	106,83	115,08	114,16	105,91	105,93	102,54	99,70
Alentejo	96,43	95,69	89,91	87,61	99,78	98,66	100,09	101,50
Algarve	93,72	93,98	87,83	91,95	95,20	94,22	98,61	95,96
RAAçores	89,59	88,77	85,03	86,42	83,00	77,65	101,39	102,95
RAMadeira	90,85	93,07	83,16	86,84	84,60	84,61	105,74	108,77

#### Algarve. ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (PT=100)

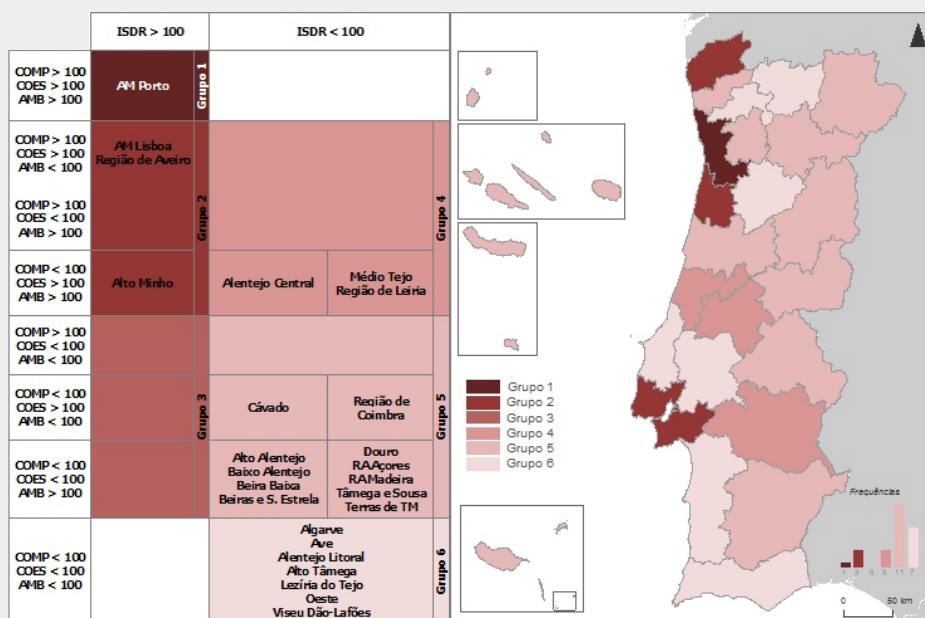
Fonte: INE



# Retrospectiva 2007-2015

## Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

ISDR 2014. Conjugação dos índices de competitividade, coesão e de qualidade ambiental, NUTS III  
Fonte: INE



## Demografia

Como se sabe, o Algarve tornou-se nas últimas décadas uma região altamente atrativa em termos populacionais. O crescimento populacional foi mais marcado depois da 2ª metade da década de 90 e resultou dos fluxos migratórios para a região, onde existia oferta de trabalho, em particular na construção e atividades mais diretamente ligadas ao turismo. Muitos dos que vieram para a região trouxeram depois as famílias ou aqui constituíram família. A taxa de natalidade aumentou, o crescimento efetivo reforçou-se e, a partir de 2004, é visível o efeito no saldo natural; pela primeira vez em muito tempo o número de nascimentos suplanta o dos óbitos. Esta tendência manteve-se até 2010, quando a população residente atinge um pico de 451,3 mil indivíduos.

A situação alterou-se em 2011, com uma inversão significativa daqueles indicadores. A contração, e depois recessão económica, teve forte efeito no mercado de trabalho e muitos deixaram da região à procura de oportunidades noutras geografias. Saíram muitos dos que tinham chegado ao Algarve anos antes, mas também população originária da região, em particular adultos jovens. De facto, apesar da taxa de desemprego ter afetado drasticamente os jovens entre os 15-24, durante o decurso da crise, como adiante se verá, é entre os indivíduos dos 25 aos 29 e dos 30 aos 34 anos que se observa a maior quebra populacional. Esta inicia-se logo em 2010, é significativamente superior à dos outros grupos etários, e mantém-se em 2015.

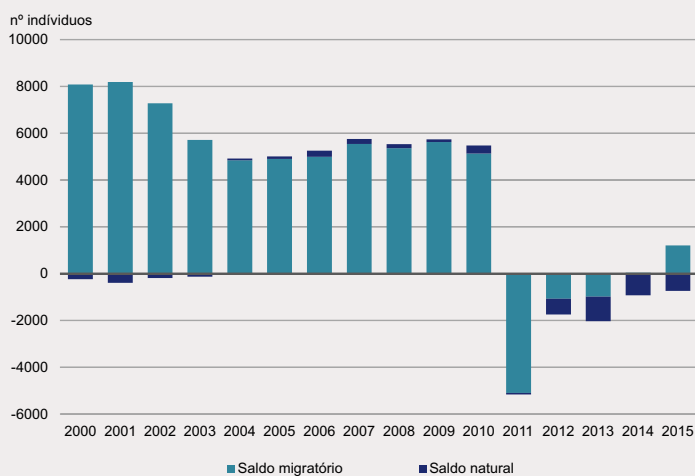
# Retrospectiva 2007-2015

## Demografia

A partir de 2011 a taxa de variação da população tornou-se menos intensa e em 2015, de acordo com as estimativas publicadas, regista-se um muito ligeiro aumento dos residentes (0,1%). No entanto, de 2011 a 2015 a região perdeu quase 9,4 mil residentes.

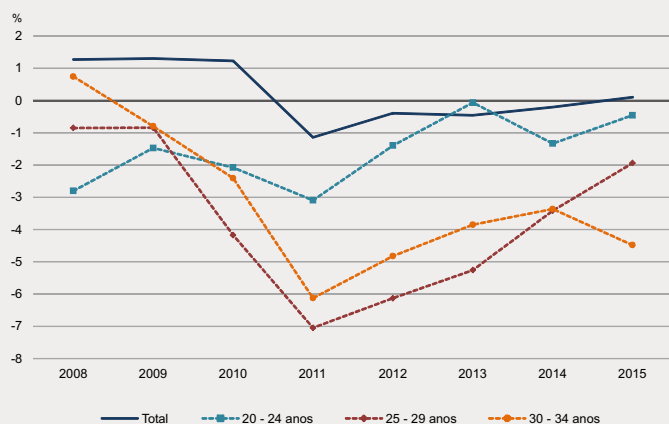
### Algarve. Evolução dos saldos migratório e natural

Fonte: Indicadores Demográficos, INE



### Algarve. Taxa de variação anual da população residente total e nos grupos etários dos 20 aos 34 anos

Fonte: Estimativas anuais da população residente, INE



## Retrospectiva 2007-2015

### Mercado laboral

A análise da evolução do mercado de trabalho apresenta algumas contingências devido às alterações metodológicas introduzidas em 2011, altura em que se inicia uma nova série das Estatísticas do Emprego. Esta alteração inviabiliza a comparação direta dos valores ou o cálculo de taxas de variação entre as duas séries. Embora nalguns casos seja possível avaliar tendências, noutros verificam-se diferenças assinaláveis, nomeadamente entre os anos charneira das duas séries. Assim, nas situações em que existe grande disparidade entre a antiga e a nova série opta-se por analisar apenas o período correspondente à série mais recente das Estatísticas do Emprego, isto é, de 2011 a 2015. Este exercício condiciona, naturalmente, a perspetiva sobre a evolução do emprego e desemprego, mas a opção pela série antiga originaria idêntico problema.

De qualquer modo, nas duas séries é inegável o decréscimo do emprego e um aumento dramático do desemprego, ainda que o sentido da evolução não seja contínuo.

#### População empregada

Em 2008 a população empregada mantém ainda a tendência de crescimento dos anos anteriores, mas em 2009 e 2010 registam-se decréscimos consecutivos. Na nova série, em 2012 o emprego contrai-se 4,1% face ao ano anterior e em 2013 volta a cair 1,9%, atingindo o valor mais baixo do período. Nestes dois anos perdem-se 11,7 mil empregos. Em 2014 regista-se alguma recuperação (4%), correspondente a + 7.500 empregos do que no ano anterior, mas 2015 volta a apresentar quebra, ainda que ligeira (-0,3%).

#### Taxa de emprego

A taxa de emprego (15 e + anos) apresentou descida contínua entre 2007 e 2013. Em 2014 regista-se uma evolução positiva, mas 2015 apresenta nova quebra. A região apresenta uma taxa de emprego sempre inferior à média nacional até 2012, mas a partir de 2013 esta relação inverte-se e o Algarve passa a ser a NUTS II com a segunda taxa de emprego mais elevada.

#### População empregada por atividade principal

Uma análise aos dados da serie mais recente das Estatísticas do Emprego permite ainda concluir que, quando comparados os anos de 2011 e 2013<sup>16</sup>, a “construção” e o “comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos” foram as atividades com maior perda absoluta de emprego, menos 7,3 mil e 3,2 mil indivíduos, respetivamente. A “construção”, que em 2011 constituía a terceira atividade em termos de volume de emprego, apresentou também a maior quebra relativa (-38,3%) e em 2013 ocupava a 6ª posição na hierarquia das atividades geradoras de emprego. A população empregada no “alojamento, restauração e similares”, manteve-se estável face a 2011 (+0,2%).

#### População empregada por profissão

Tendo presente o que ocorreu na “construção” não é de admirar que entre 2011 e 2015 o emprego tenha também diminuído de forma mais significativa entre os “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (-5,7 mil pessoas, o que equivale a -25%). A segunda profissão mais afetada pela diminuição do emprego

16) Não é possível a comparação com o ano de 2015 uma vez que neste ano os dados foram publicados agregando conjuntos de atividades

## Retrospectiva 2007-2015

População empregada por profissão

foi a do “pessoal administrativo” (-5,3 mil indivíduos; -29,5%), seguindo-se os “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (-3,7 mil indivíduos).

Pelo contrário, o emprego cresceu sobretudo entre os “técnicos e profissões de nível intermédio” (+ 3,4 mil) e os “operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” (+2,6 mil).

Realce-se que os “trabalhadores não qualificados” constituem o segundo maior grupo profissional da região, depois dos “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, e que a sua representatividade aumentou ligeiramente de 16,2% para 16,9%, entre 2011 e 2015, após ter atingido 17,8% em 2014. Uma comparação com as restantes NUTS II indica-nos que o Algarve é a região com a maior proporção de trabalhadores deste grupo.

Esta realidade traduz uma dicotomia entre o caminho que se pretende seguir - uma economia competitiva, assente no conhecimento, na inovação e na afirmação da qualidade, e a opção continuada em mão de obra pouco qualificada e em salários baixos. Tal decorre das atividades em que a região se especializou, mas indicia também, nalguns casos, uma certa “visão” de gestão desatualizada. Nos últimos anos reforçou-se o recurso a jovens licenciados para profissões que exigem baixa qualificação, onde a perspetiva são contratos a termo de curta duração e em que muitas vezes se paga o salário mínimo. Estas condições não contribuem, certamente, para a fixação dos recursos humanos qualificados, essenciais ao futuro que se pretende construir na região.

Escolaridade da população ativa

A este propósito refira-se que o nível de escolaridade da população ativa tem vindo a evoluir favoravelmente, ainda que a proporção de ativos com o 9º ano ou nível de ensino inferior se mantivesse nos 50% em 2015, ligeiramente acima da média nacional. Os ativos com nível de ensino superior passaram a representar 20,3%, sendo o Algarve a região portuguesa com o 3º valor mais elevado.

População empregada por conta de outrem por tipo de contrato

A contração económica favoreceu o aumento da precaridade laboral. A quebra de série nos dados impede a comparação dos dados anuais, mas é possível afirmar que entre 2007 e 2010 a proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo aumentou 3,4 pontos percentuais (pp) e que entre 2011 e 2015 o crescimento foi de 1,4 pp. Neste último ano os contratados a termo representavam, no Algarve, 27%, valor que é o mais elevado das NUTS II e que está quase 8,5 pp acima da média do país.

Rendimento médio mensal líquido

De igual modo, a crise teve um efeito perverso nos salários, ainda que tardiamente. De facto, entre 2008 e 2013 observa-se uma tendência de aumento do rendimento médio mensal líquido (RMML) dos trabalhadores por conta de outrem. Apesar do valor do rendimento ser inferior à média nacional, a região apresenta um percurso de convergência quer entre 2008 e 2010, quer entre 2011 e 2013. Em 2014 dá-se uma inversão acentuada, com continuidade em 2015, ano em que o RMML cai para 765€, menos 63€ do que o RMML dos que trabalham por conta de outrem no país. Refira-se que, quando comparados os anos de 2011 e 2015, o Algarve foi a única região onde o RMML diminuiu (-2,2%). No país o aumento médio alcançou 2,1%.

# Retrospectiva 2007-2015

Rendimento médio mensal líquido

Esta situação foi originada pela evolução nos Serviços, uma vez que nos restantes setores se registou um crescimento contínuo, tanto na série 2008-2010 (exceto num dos anos, no caso do setor primário), como na nova série. A população empregada por conta de outrem nos Serviços viu o seu rendimento líquido cair cerca de 4% em relação a 2011, ao contrário do que sucedeu no país (+1,5%), aumentando a disparidade face à média nacional. Em 2015 o RMML nos Serviços, no Algarve, era o mais baixo das várias regiões, correspondendo apenas a 88,7% do valor nacional. Relembre-se que o Algarve é a região com a maior proporção de população empregada no setor terciário.

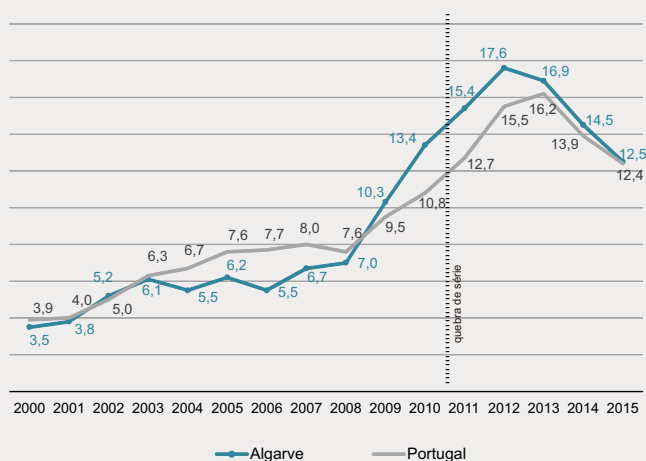
A descida do valor do rendimento líquido em 2014 foi coincidente com o crescimento do emprego nesse mesmo ano mas, ao mesmo tempo, com a manutenção de um stock de desempregados ainda bastante significativo.

População desempregada

O desemprego atingiu recordes em 2012, ano em que integravam a população desempregada 40,8 mil indivíduos. No ano seguinte a tendência inverte-se e o desemprego começa a diminuir. Apesar da evolução favorável, em 2015 o número de pessoas sem emprego rondava ainda as 27,8 mil. Convém também assinalar que esse decréscimo nem sempre correspondeu a um regresso efetivo dos desempregados ao mercado de trabalho regional. Quer em 2013, quer em 2015, a descida do desemprego foi acompanhada por uma contração do emprego e pela subida assinalável do número dos "outros inativos com 15 e mais anos". É pois plausível afirmar que parte dos desempregados deixaram de cumprir o conjunto de critérios que os integravam nessa categoria, passando a ser contabilizados como inativos. Outra explicação para a descida do desemprego nesses anos está associada à implementação de políticas públicas de combate ao desemprego, nomeadamente do encaminhamento de parte dos desempregados para formação ou para estágios profissionais.

Taxa de desemprego

**Taxa de desemprego**  
 Fonte: Estatísticas do Emprego, INE



## Retrospectiva 2007-2015

Taxa de desemprego

A taxa de desemprego regional atingiu um pico de 17,6% em 2013 (15,5% no país). Uma análise mais detalhada evidencia que entre 2010 e 2012 o Algarve foi a região com a taxa de desemprego mais elevada (*ex aequo* com o Alentejo neste último ano). Desde então a taxa diminuiu continuamente, fixando-se em 12,5% em 2015. Apesar de se manter ligeiramente acima da média nacional, o ritmo de recuperação foi mais intenso na região.

Até 2010 os dados das estatísticas do emprego apontavam para a preponderância do desemprego feminino. A partir de 2011 (nova série de dados) a taxa de desemprego masculina passou a ser mais elevada.

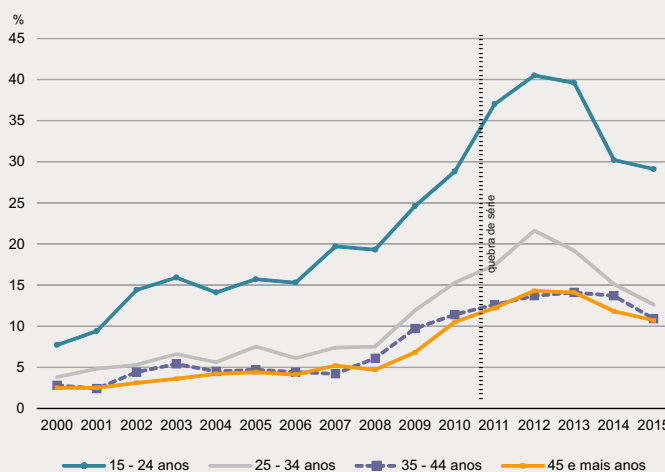
Taxa de desemprego por grupo etário

Os jovens dos 15 aos 24 foram, durante todo o período, o grupo mais afetado pelo desemprego. Este fenómeno ocorreu a nível nacional mas o Algarve apresentou, em mais do que um ano, a taxa de desemprego mais elevada do país, neste grupo etário. A mesma atingiu um máximo de 40,5% em 2012, tendo diminuído desde então (29% em 2015). O grupo dos 25 aos 34 anos registou a segunda taxa mais elevada, que ascendeu a 21,6% em 2012, mas que em 2015 caiu para 12,6%.

A proporção da população ativa com ensino superior desempregada também atingiu um máximo em 2012 (11,2%), tendo decrescido nos dois anos seguintes e estabilizado em 2015. A taxa de desemprego de longa duração aumentou até 2013 (9,2%) mas no último ano em análise não ultrapassou 6,9%.

### Algarve. Taxa de desemprego por grupo etário

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE



O desemprego, as medidas decorrentes do programa de ajustamento, que incluíram forte aumento da carga fiscal e cortes salariais, bem como as dívidas contraídas anos antes por muitas famílias para compra de casa própria e bens de consumo, na sequência do acesso facilitado ao crédito, conjugaram-se negativamente, daí resultando um duro golpe na economia das famílias e o aumento da pobreza.



## Retrospectiva 2007-2015

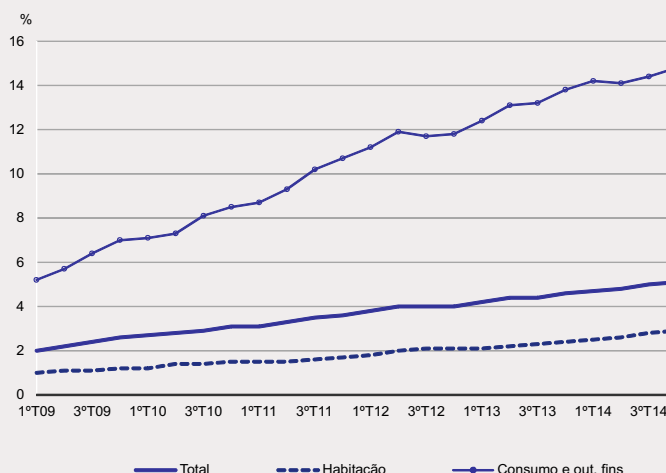
### Famílias

Rácio de crédito vencido das Famílias

O crédito mal parado da responsabilidade das Famílias<sup>17</sup> aumentou de forma constante desde 2009, quando não ultrapassava 2,6%, alcançando 5,1% em final de 2015. Embora no caso específico da habitação o incumprimento não tenha sido tão marcado, muitas famílias perderam a capacidade de pagar as suas prestações mensais e algumas, em número não determinado, tiveram que “entregar” a casa às instituições de crédito. A estes casos junta-se ainda o das famílias que viram as suas habitações confiscadas pelo Autoridade Tributária devido ao incumprimento das suas responsabilidades fiscais.

#### Algarve. Rácio de crédito vencido das Famílias por trimestre

Fonte: Banco de Portugal



### Apoios sociais

Uma análise às prestações de apoio social, nomeadamente ao Rendimento Social de Inserção, aponta para a diminuição do número de indivíduos beneficiários a partir do 3º trimestre de 2012. Esta situação pode parecer contraditória, na medida em que os seus destinatários integram o grupo dos mais desfavorecidos, mas resultou de uma opção política que conduziu ao estreitamento dos critérios de seleção para acesso a este apoio. No caso das prestações sociais de desemprego verifica-se que uma parte dos desempregados não teve ou deixou de ter acesso às mesmas. Em 2009 e 2010 a taxa de cobertura foi mais elevada do que nos três anos seguintes, quando os efeitos da crise se intensificaram, o que se deveu certamente às características ou condição de desemprego dos indivíduos inscritos nos centros de emprego da região.

Embora não existam dados regionalizados que permitam conhecer a percentagem de população no limiar ou abaixo do limiar de pobreza, ou a evolução do nível de desigualdades sociais, pode afirmar-se que o número de pessoas em situação de pobreza aumentou substancialmente.

17) Neste caso, as “Famílias” são consideradas como setor económico. O setor Famílias inclui também os empresários em nome individual

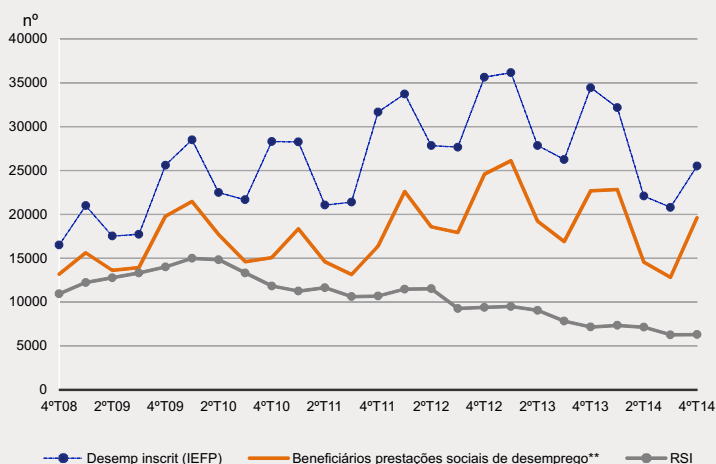
## Retrospectiva 2007-2015

### Apoios sociais

#### Algarve. Beneficiários de prestações sociais de desemprego e RSI

(situação no fim de trimestre)

Fonte: Instituto da Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional



No estudo recentemente publicado - “Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal”<sup>18</sup> - é referido que “Os rendimentos familiares sofreram um forte retrocesso entre 2009 e 2014. O rendimento real das famílias teve uma queda superior a 12% mas essa redução foi muito desigual, penalizando mais fortemente os indivíduos de menores rendimentos. A análise da mobilidade social ocorrida no período 2009-2012 é esclarecedora do impacto redistributivo da crise e do processo de ajustamento: 69% dos indivíduos viram o seu rendimento diminuir entre 2009 e 2012, com um quarto da população a ter um decréscimo do rendimento real superior a 30%”.

No Algarve, as declarações públicas de responsáveis por organizações da economia social e solidária dão conta do grande aumento de pedidos de ajuda por parte de pessoas que viram os seus recursos drasticamente reduzidos. Os registos do Banco Alimentar contra a Fome do Algarve indicam que em 2008 a organização apoiou 75 instituições e promoveu assistência alimentar a 10 mil pessoas. Em 2015 o Banco Alimentar apoiou 100 organizações e 23,2 mil pessoas. Estas entidades desempenharam um papel importante ao longo dos últimos anos e a situação teria sido bem mais gravosa se não fossem as soluções alternativas encontradas para minimizar o problema.

### Setor empresarial

Empresas com sede na região

Se as famílias foram duramente afetadas, o setor empresarial, e algumas atividades em particular, ressentiram-se fortemente da conjuntura desfavorável ao longo de vários anos. Entre 2008 e 2014 o número de empresas sediadas na região diminuiu 14,5%, cifrando-se no último ano nas 57.817 empresas. Em 2008 o “comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos e motociclos” e a “construção” registavam o maior volume de empresas, cerca de 35%, no conjunto, seguindo-se o

<sup>18</sup> RODRIGUES, Carlos (Coord.) (2016)

## Retrospectiva 2007-2015

Empresas com sede na região

"alojamento, restauração e similares" e as "atividades administrativas e dos serviços de apoio".

Em 2014 a construção deixou de ser a segunda atividade com maior número de empresas, caindo para a 5ª posição, com quase menos 5 mil empresas do que em 2008. O "comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos e motociclos" perdeu 3,1 mil empresas, mas manteve-se na posição cimeira. Estas atividades foram as que registaram a maior quebra, tanto absoluta, como relativa. Quase 82% das empresas desaparecidas neste período pertenciam a estas duas CAE.

Destaque para a CAE da "agricultura, produção animal, caça, pesca e floresta" que em 2014 registou 5.807 empresas, quase mais 1,8 mil do que em 2008, e que passou a ocupar a 4ª posição. Este "regresso à terra" foi uma resposta à falta de emprego, sendo isso confirmado pelos apoios que têm sido concedidos para a instalação de jovens agricultores.

Pessoal ao serviço nas empresas

O pessoal ao serviço nas empresas com sede no Algarve diminuiu 21,1% entre 2008 e 2014. Este valor foi muito superior aos 12,9% registados no país e correspondeu a uma perda de mais de 36 mil empregos na região.

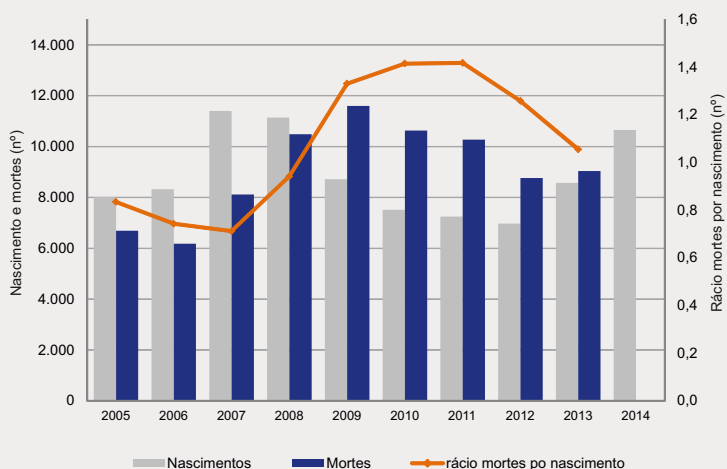
Produtividade aparente do trabalho nas empresas

No mesmo período a riqueza média criada por cada trabalhador, traduzida na produtividade aparente do trabalho nas empresas, manteve montantes próximos dos 22 mil euros, no caso do país. Entre as sete regiões NUTS II, o Algarve foi a que registou os montantes mais baixos, 14 mil euros em 2014, menos 13% do que no ano base da análise, o que conduziu a um aumento da disparidade face à média nacional de quase 10 pontos percentuais.

Nascimento e morte de empresas

### Algarve. Nascimentos e mortes de empresas

Fonte: Demografia das empresas, INE



## Retrospectiva 2007-2015

Nascimento e morte de empresas

A análise da demografia empresarial acentua o particular impacto da crise na região do Algarve. Até 2008 o número de nascimentos de empresas superava o das mortes, atingindo o seu valor mais expressivo em 2007, com o nascimento de 11.401 empresas. Em 2009 a tendência inverteu-se, tendo este sido o ano mais “fatídico” para a região, que registou a mortalidade de 11.599 empresas. Desde então e até 2012 observou-se uma descida contínua quer dos nascimentos, quer das mortes de empresas. No ano seguinte o número de mortes e nascimentos volta a intensificar-se, com prevalência da mortalidade.

A relação entre mortes e nascimentos alterou-se claramente ao longo deste período. Se em 2007 se registavam apenas 0,7 óbitos por cada nascimento, nos anos seguintes, em pleno período de recessão económica, sobretudo em 2010 e 2011, aquele rácio duplicou para 1,4, descendo depois para 1,1 em 2013.

Proporção de nascimentos em setores de alta e média-alta tecnologia

Assinale-se ainda que entre 2008 e 2014 a proporção de nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, na região, se manteve sem grandes oscilações, não ultrapassando 1,6%.

Taxa de sobrevivência das empresas a dois anos

No período anterior à crise, a taxa de sobrevivência das empresas criadas dois anos antes apresentou-se tendencialmente superior à média nacional. Esta relação alterou-se claramente em 2009. No Algarve, a taxa de sobrevivência a dois anos era de 60% em 2008 (58% no país). No ano seguinte observou-se uma queda abrupta neste indicador e em 2011 e 2012 apenas 43 empresas regionais em cada 100 conseguiram sobreviver dois anos após a sua constituição. Desde então denotou-se alguma recuperação, com a taxa a fixar-se em 50% em 2014 (52% no país).

Taxa de investimento das empresas

Relativamente à taxa de investimento das empresas<sup>19</sup>, o Algarve acompanhou o comportamento registado nas restantes regiões, embora a quebra tenha sido aqui mais marcada.

Em 2008, a região apresentava a terceira taxa de investimento mais elevada do país (36%), 8 pontos percentuais acima da média nacional. Nos anos seguintes foi notória a contração no investimento e em 2012 as empresas com sede na região registaram o desempenho menos favorável das NUTS II, tendo a referida taxa descido para 12% (15% no país). Em 2013 e 2014, em processo de aparente recuperação económica, o tecido empresarial algarvio responde de forma mais expedita e aquele valor sobe para 18%, superando a média nacional (17%) e repondo a posição inicial da região.

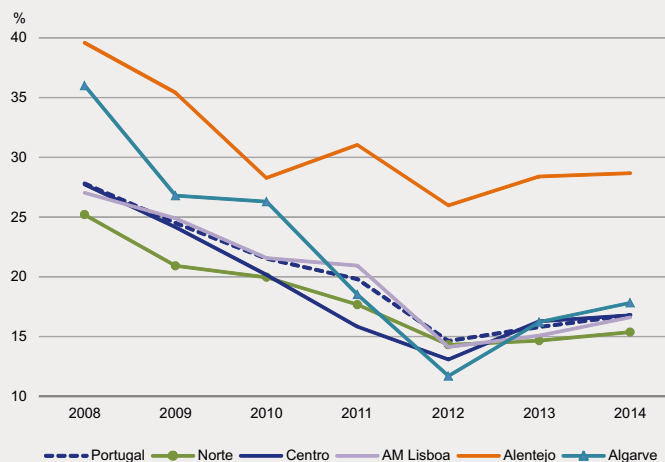
<sup>19)</sup> A taxa de investimento traduz o peso da Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao Valor Acrescentado Bruto.

## Retrospectiva 2007-2015

Taxa de investimento das empresas

### Taxa de investimento das empresas por NUTS II

Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE



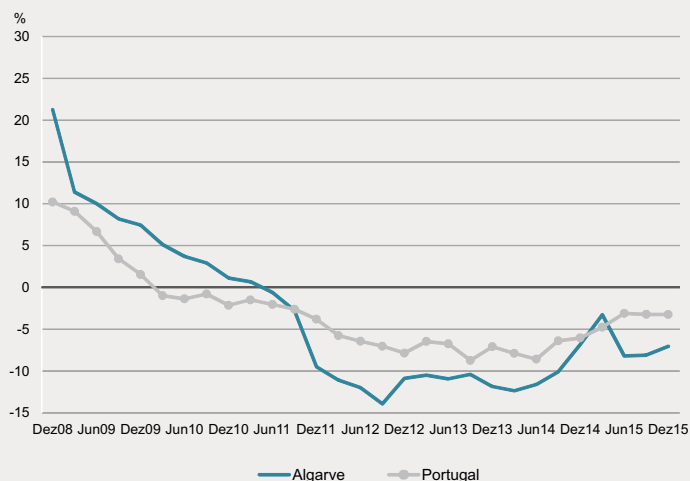
Empréstimos concedidos às sociedades não financeiras

Entre os diferentes fatores que influenciaram negativamente a atividade empresarial assinala-se o condicionamento no acesso ao crédito, imposto pelas instituições bancárias na sequência do aumento do crédito mal parado e das dificuldades para obtenção de financiamento nos mercados externos o que gerou falta de liquidez, contrariando o que sucedera na fase anterior à crise.

### Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras

(taxa de variação homóloga dos saldos em fim de trimestre)

Fonte: Banco de Portugal



## Retrospectiva 2007-2015

Empréstimos concedidos às sociedades não financeiras

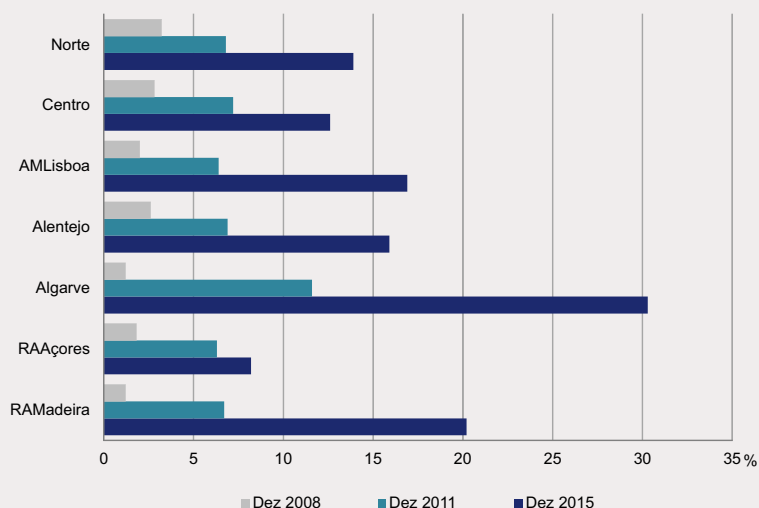
No caso do Algarve, o montante associado ao saldo dos empréstimos em fim de trimestre aumentou continuamente até Março de 2011, embora fosse notória uma desaceleração desse crescimento desde meados de 2008. No 2º trimestre de 2011 a situação inverteu-se e o saldo começou a apresentar variações homólogas negativas consecutivas que se intensificaram em 2012 e se mantiveram nos dois dígitos até Junho de 2014. O ritmo de quebra abrandou em 2015 mas durante todo o período foi sempre bastante mais marcado do que a nível nacional. Para se ter uma ideia mais precisa desta realidade refira-se que em Dezembro de 2015 o saldo dos empréstimos concedidos era 39% inferior ao valor de Março de 2011. No caso do país, considerando os mesmos períodos, a descida não ultrapassou 25%.

Rácio de crédito vencido das sociedades não financeiras

Paralelamente, o comportamento registado no crédito mal parado apresentou uma trajetória ascendente, traduzindo de forma clara as dificuldades das empresas em honrar os seus compromissos bancários. Essas dificuldades foram particularmente sentidas pelas empresas algarvias. Até Dezembro de 2008 a proporção de crédito vencido manteve-se estável, não ultrapassando 2,5% na região algarvia. A partir dessa altura assistiu-se a um aumento contínuo e no 3º trimestre de 2010 o rácio de crédito vencido duplicou o valor de 2008 (5,2%), suplantando a média nacional. No final de 2010, o Algarve passa a ser a região portuguesa com o rácio de crédito vencido mais elevado. Esta progressão intensifica-se até final de 2015, quando o crédito mal parado atinge uns significativos 30,3%, muito acima dos 15,8% registados no país.

### Rácio de crédito vencido das sociedades não financeiras por NUTS II

Fonte: Banco de Portugal

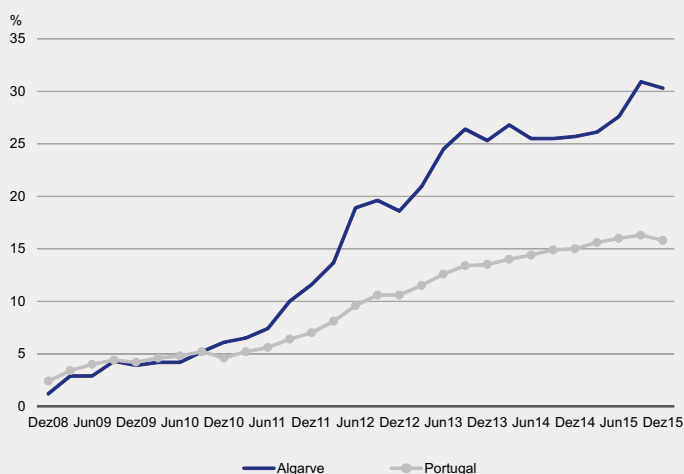


## Retrospectiva 2007-2015

Rácio de crédito vencido das sociedades não financeiras

### Rácio de crédito vencido das sociedades não financeiras

Fonte: Banco de Portugal



O desempenho preocupante das sociedades não financeiras, nesta matéria em particular, não pode dissociar-se das particularidades da base económica regional, nomeadamente a pouca estruturação e qualificação do tecido empresarial instalado, assente no *cluster* turístico, sazonal e altamente vulnerável a fatores externos. Esta situação indicia bem a fragilidade financeira das sociedades regionais, muito dependentes de capitais alheios para o desenvolvimento das suas atividades e concretização dos seus investimentos. Embora não se encontrem disponíveis dados regionalizados sobre a proporção de crédito vencido por setor ou atividade, a “construção” surge como o setor com maior nível de incumprimento a nível nacional. Tendo presente a importância desta atividade na região antes da crise e o forte impacto que sofreu, pode deduzir-se que, também no Algarve, a “construção” teve um papel decisivo no grande crescimento do crédito malparado.

**Atividades económicas**  
**Construção e imobiliário**

A atividade da construção, como foi diversas vezes assinalado ao longo do texto, enfrentou graves dificuldades nos últimos anos, tendo registado um número significativo de falências e originado um volume considerável de desempregados. Vários fatores concorreram para essa situação, nomeadamente a quebra na procura, uma vez que a compra de casa própria ou a troca de casa deixou de ser prioridade das famílias.

No entanto, importa também referir que a menor resiliência da “construção” também resulta de algum desequilíbrio, muitas vezes não assumido, entre a oferta e a procura. No Algarve, em particular, a relação entre o número de alojamentos e de agregados familiares é particularmente alta e o volume de segundas habitações, muitas das quais se encontram desocupadas a maior parte do ano, supera em alguns concelhos os 50%.

## Retrospectiva 2007-2015

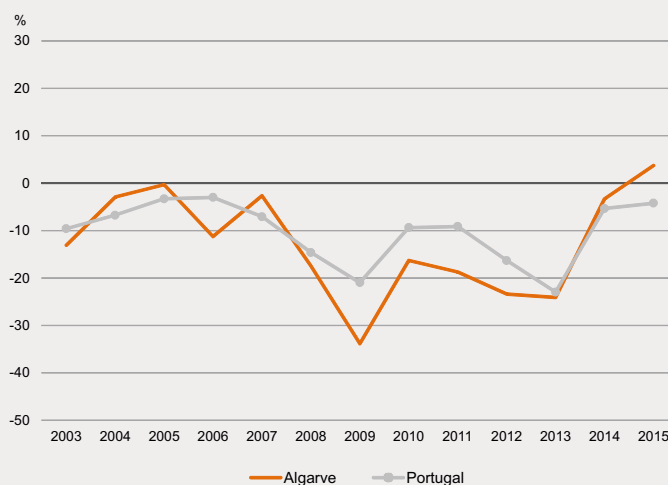
### Edifícios licenciados

A forte contração da construção é clara na evolução dos edifícios licenciados e das obras concluídas na região. A tendência de decréscimo das licenças é anterior ao período da crise mas acentuou-se bastante logo em 2008 e, no ano seguinte, registou-se um significativo decréscimo de 33,8%. Em 2010 e 2011 a quebra foi menos intensa mas voltou a agudizar-se nos dois anos seguintes. O Algarve acompanhou a evolução observada no país, mas de forma muito mais intensa, exceto em 2014, quando apresentou uma descida menos marcada, e em 2015, ano em que se regista uma variação positiva, ao contrário do que sucede a nível nacional.

Para se ter uma noção mais aproximada desta evolução, assinale-se que entre 2005 e 2007 o número médio anual de licenças concedidas rondava as 3,4 mil. Em 2014 não ultrapassou as 670.

#### Taxa de variação homóloga dos edifícios licenciados

Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios, INE; CCDR Algarve



### Obras concluídas

No caso das obras concluídas a contração também se iniciou antes da crise. O ano de 2009 marca, contudo, o início de um período com variações negativas mais acentuadas, que chegaram a atingir -39,9% em 2013. No ano seguinte o decréscimo foi menos intenso mas em 2015 voltou a intensificar-se (-25,6%). Durante este período a região acompanhou a tendência nacional, mas apresentando sempre quebras mais marcadas.

Contrariamente ao que aconteceu até 2008, o total de obras concluídas foi superior ao total de licenças atribuídas entre 2009 e 2012. A relação foi ligeiramente diferente em termos temporais no caso da construção nova.

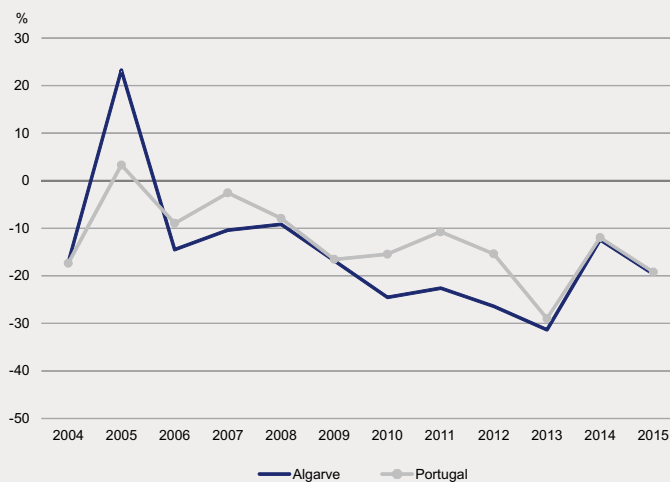


# Retrospectiva 2007-2015

Obras concluídas

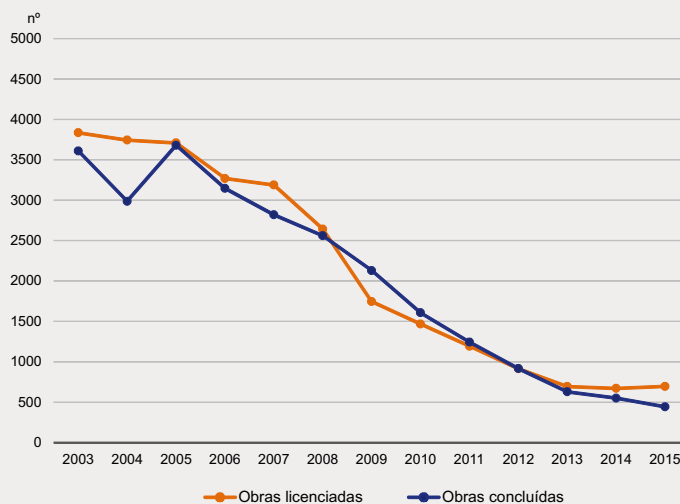
## Taxa de variação homóloga das obras concluídas

Fonte: Estatísticas das obras concluídas, INE; CCDR Algarve



## Algarve. Construção nova - edifícios licenciados e obras concluídas

Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios, INE; Estatísticas das obras concluídas, INE



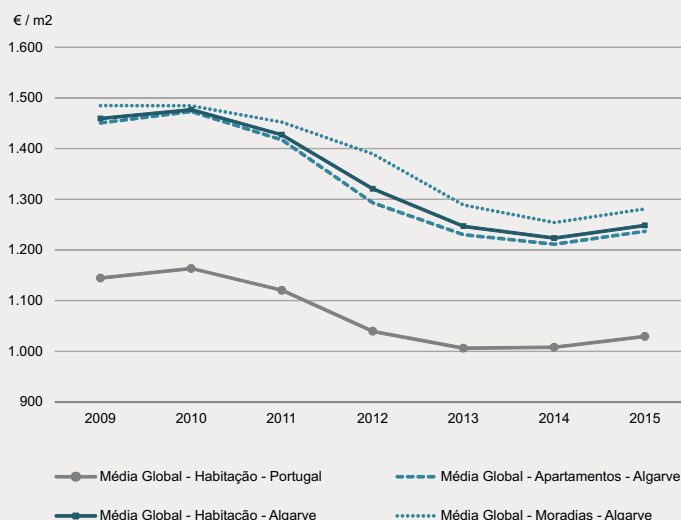
## Retrospectiva 2007-2015

### Avaliação bancária da habitação

Um das consequências da quebra na procura de habitação por parte das famílias, da forte restrição à concessão de crédito e do aumento do *stock* de imóveis disponíveis foi a diminuição do seu valor de mercado e o aumento do prazo médio de venda. Paralelamente, as instituições de crédito baixaram o valor médio de avaliação dos imóveis para habitação, apesar de tal só se ter verificado de 2011 a 2014. Durante esse período a região manteve, e continua a manter, valores muito mais inflacionados do que a média nacional.

#### Valores médios anuais de avaliação bancária da habitação

Fonte: INE



### Turismo

O *cluster* turístico domina a economia regional algarvia, marcando quer o tecido económico, intensivo e fortemente terciarizado, quer o mercado de trabalho, precário, sazonal e pouco exigente ao nível das qualificações dos trabalhadores. A sazonalidade, característica de regiões dependentes de produtos turísticos baseados no sol e praia, marca profundamente toda a economia, influenciando o seu desempenho e o seu desenvolvimento. São inúmeros os instrumentos de planeamento territorial e estratégico com incidência no Algarve que apontam o combate à sazonalidade como grande meta. Trata-se, contudo, de uma batalha difícil, que depende não só de fatores intrínsecos à região como de fatores externos, estruturais e conjunturais.

Enquanto principal região turística do país, o Algarve destaca-se nos principais indicadores do setor, nomeadamente ao nível da capacidade de alojamento, do número de hóspedes e de dormidas.

### Dormidas

Fruto da conjuntura económica nacional e internacional, a atividade turística ressentiu-se nos primeiros anos de análise, com quebras de mais de 1,8 milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, entre 2007 e 2009. No entanto, em 2010

## Retrospectiva 2007-2015

### Dormidas

e nos anos seguintes verificou-se um crescimento contínuo, atingindo em 2015 os valores mais expressivos da última década, cerca de 16,6 milhões, o que traduz um crescimento superior a 20% em relação a 2005.

Estes valores refletem apenas as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros. A análise à nova série de dados das dormidas no alojamento turístico, que inclui também as unidades de turismo rural e o alojamento local e que apresenta informação retrospectiva desde 2009, aponta para um crescimento de 33,5% entre esse ano e 2015, quando se registaram 17,3 milhões de dormidas.

### Sazonalidade

O aumento das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros não significou, no entanto, uma alteração na sua distribuição ao longo do ano, pelo menos até 2013. De facto, a taxa de sazonalidade agravou-se entre 2007 e 2012, ano em que 47% das dormidas se concentraram nos meses de Julho a Setembro. A partir de 2013 a referida taxa apresentou uma ligeira tendência de descida.

### Ocupação cama

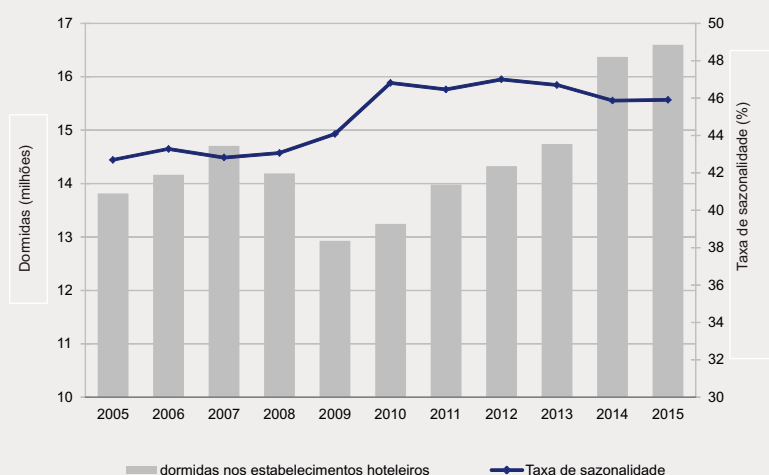
A taxa líquida de ocupação cama apresentou uma evolução positiva constante e sempre superior à média nacional quer nos estabelecimentos hoteleiros, quer no conjunto do alojamento turístico. Neste último caso a taxa foi de 40,9% em 2009, enquanto em 2015 se registou uma ocupação de 46,5%.

### Estada média

De salientar ainda que, devido às novas tendências turísticas, novos produtos e formas de viajar, com destaque para as companhias aéreas *low cost*, a estada média no Algarve tem diminuído ao longo dos anos, situando-se, em 2015, nas 4,5 noites, ainda assim bastante acima das 2,8 noites registadas no país.

### Algarve. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros<sup>20</sup> e taxa de sazonalidade

Fonte: Estatísticas do Turismo, INE; CCDR Algarve



<sup>20)</sup> Não inclui dormidas no alojamento local

## Retrospectiva 2007-2015

### Hóspedes estrangeiros

No que respeita à proporção de hóspedes estrangeiros, verificou-se alguma oscilação entre 2007 e 2014, mas considerando apenas o ano de início e fim da série pode afirmar-se que houve um ligeiro reforço. Em 2014 os hóspedes estrangeiros representavam 57%, no caso do país, e 68% na região algarvia.

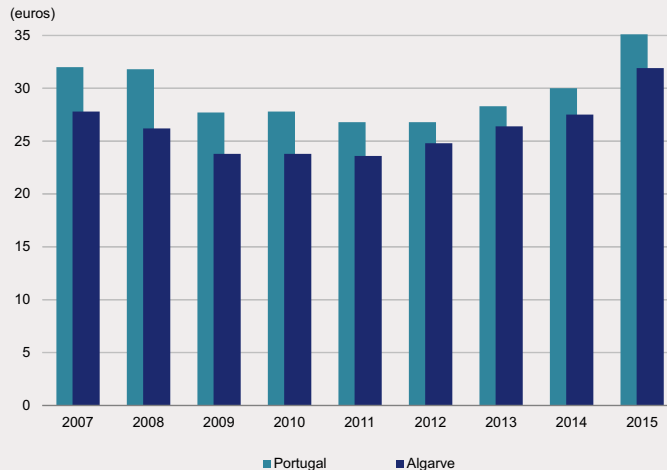
Para além dos tradicionais mercados emissores do Reino Unido, Espanha, Alemanha e Países Baixos, origem de quase 71% dos hóspedes residentes no estrangeiro, há que sinalizar a crescente procura do Algarve por parte dos mercados irlandês e francês que, em 2015, representaram, respetivamente, 7% e 5,6% dos hóspedes estrangeiros.

### Receita por quarto disponível

Se observarmos o comportamento da receita por quarto disponível (REVPAR), o Algarve seguiu em linha com o país, embora sempre com valores médios menos significativos. Em 2011, ano crítico no contexto recessivo, a REVPAR registou valores mínimos de 26,8€ em Portugal e 23,6€ na região; já em 2015, após uma caminhada ascendente, a receita média cresceu 8,3€, tanto no país como no Algarve, embora o valor regional esteja 3€ abaixo da média nacional.

#### **Algarve. REVPAR - Receita por quarto disponível**

Fonte: Projeto Impactur. CIITT, Universidade do Algarve



### Proveitos dos estabelecimentos hoteleiros

Quanto aos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros, refira-se que o contributo da região rondou, em média, os 30% ao longo de todo o período de análise. No Algarve, 2009 foi o único ano em que se registou uma variação homóloga negativa e em 2014 e 2015 observou-se um crescimento mais significativo dos proveitos do que em anos anteriores, 14% e 9% respetivamente.

### Aeroporto de Faro

O movimento de passageiros no aeroporto de Faro cresceu quase continuamente, sendo de assinalar variações negativas apenas em 2009 e 2012. Em 2014 e 2015, período em que a procura turística se intensificou, registaram-se mais de 6 milhões

## Retrospectiva 2007-2015

### Aeroporto de Faro

de passageiros movimentados anualmente. Do total de 67 companhias aéreas que operam neste aeroporto, em 2015 ganharam terreno as companhias *low cost*, responsáveis por uma quota de 75% do total das operações registadas, contribuindo igualmente para o aumento do número de destinos (78) e de ligações aéreas oferecidas.

### Comércio internacional de bens

No quadro das atividades económicas considera-se ainda importante fazer uma breve avaliação a alguns indicadores associados ao comércio internacional de bens<sup>20</sup>, pese embora o contributo das exportações de bens para a economia algarvia seja diminuto.

Ao longo dos últimos anos observou-se evolução positiva nalgumas áreas. A forte quebra no consumo interno forçou algumas empresas a olharem para novos mercados e a avançarem para a internacionalização. Por outro lado, o alargamento a Leste e o forte crescimento em países como o Brasil e Angola trouxeram também novas oportunidades de expansão a um conjunto de empresas. Para este processo contribuíram ainda as medidas de política pública implementadas, nomeadamente o apoio financeiro disponibilizado através dos sistemas de incentivos às empresas.

### Intensidade exportadora

Neste contexto, assistiu-se a um aumento da intensidade exportadora da região. O contributo das exportações de bens para o PIB subiu de 1,3% em 2007 para 1,9% em 2014. Embora se observem ligeiras flutuações nesse período, regista-se uma tendência de crescimento da intensidade exportadora.

### Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Por outro lado, a taxa de cobertura das importações pelas exportações também aumentou continuamente e de forma acentuada. Em 2007, era de 43%, em 2010 evoluiu para 53% e em 2015 (dados provisórios) alcançou 63%. No entanto, a região continua a apresentar um dos rácios menos favoráveis entre as várias NUTS II portuguesas, situação que certamente seria diferente se os Serviços estivessem incluídos na equação.

### Exportação de bens de alta tecnologia

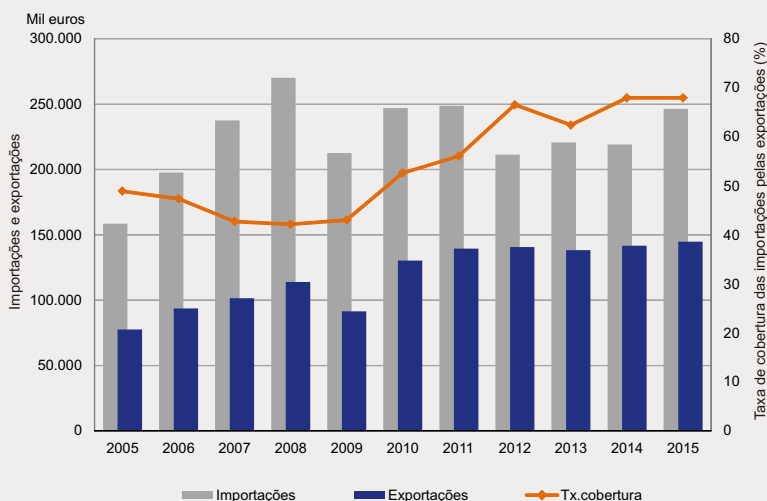
A proporção de exportações de bens de alta tecnologia, embora modesta, também evoluiu favoravelmente, contrariando o que se verificou a nível nacional. Em 2007 representava 2,9% das exportações regionais de bens e em 2015 passou a representar 4,5%. No país, a importância deste tipo de bens nas exportações totais de bens caiu de 6,8% para 3,8%.

### Grupos de bens exportados

Os principais grupos de bens exportados pela região, considerando o valor acumulado de exportações de 2005 a 2015, são os “Produtos do reino vegetal” e os “Animais vivos e produtos do reino animal” que, no conjunto, representaram 55% das exportações regionais nesse período. Seguem-se as “Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes...” (7,3%), os “Produtos das indústrias alimentares; bebidas, ....” (7%) e os “Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (6,1%).

## Algarve. Importações e Exportações de Bens

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, INE



Países de destino das exportações

A grande maioria das exportações dos operadores com sede no Algarve teve como destino a União Europeia, em particular Espanha, destino que recebeu 43% do total de exportações regionais de bens em 2014.

Importações

No caso das importações assistiu-se, de 2007 a 2014, à desaceleração do crescimento, havendo mesmo a registar três anos alternados em que a variação foi negativa. Em 2015, os dados provisórios apontam para um aumento bastante mais intenso das importações.

Grupos de produtos importados

Os dois principais grupos de bens importados, tendo presente o valor acumulado de 2011 a 2015, foram também os dos “Animais vivos e produtos do reino animal” e os “Produtos do reino vegetal”, embora em posição alterada e com menor preponderância face ao total (35%) do que no caso das exportações. Nas posições seguintes surgem as “Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; ....” (11%), os “Produtos das indústrias alimentares; bebidas.....” (10,4%) e o “Plástico e suas obras; borracha e suas obras” (6,9%).

Indicadores relacionados com as políticas públicas

Apesar do cenário globalmente negativo que aqui ficou expresso, deve referir-se que entre 2007 e 2015 se verificou evolução positiva nalguns indicadores que apresentam uma associação mais próxima com os designios e componentes estratégicas definidas para o período de implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional, nomeadamente a qualificação do território e das cidades, a melhoria da eficiência da governação ou a qualificação dos portugueses e das portuguesas, entre outras.

Nalguns casos essa evolução foi resultado direto da implementação de políticas públicas e do investimento associado, muitas vezes com o apoio dos fundos comunitários.

## Retrospectiva 2007-2015

### Qualidade da água

Como exemplo, refira-se a disponibilização de “água segura” à população. Todas as regiões apresentaram um aumento da percentagem de água controlada e de boa qualidade. No Algarve essa proporção passou de 95%, em 2006, para 99% em 2014.

### Recolha de resíduos

A região apresentou também uma melhoria significativa na recolha seletiva de resíduos. Em 2006 apenas 9% dos resíduos urbanos beneficiavam dessa recolha seletiva; em 2014 essa proporção subiu para 29%, bastante acima da média nacional (13%).

### Educação

De 2006 a 2014 o número de estabelecimentos de ensino público do pré-escolar evoluiu de 88 para 104, aumentando a resposta a uma carência sentida na região. Neste mesmo período criaram-se mais 3 estabelecimentos públicos de 2º ciclo do ensino básico e mais 7 do ensino secundário.

A presença de meios informáticos de apoio às aulas do ensino básico aumentou substancialmente durante o período de programação QREN. De facto, no ano letivo 2006/2007 cada computador servia, em média para 13,2 alunos, no caso do 1º ciclo, e para 8,7 alunos, no 2º ciclo. No ano letivo 2013/2014 o número médio de alunos do ensino básico por computador diminuiu para 4,5 no 1º ciclo e 3,3 no 2º ciclo.

Ainda na área da Educação assinala-se a subida, entre 2011 e 2015, da taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos em 3,3 pontos percentuais, embora o Algarve(19,7%) se apresente abaixo da média nacional (22,9%). A mesma taxa, mas para o grupo dos 25 aos 34 anos baixou, o que poderá ser explicado pela saída de jovens licenciados deste grupo etário da região, como anteriormente referido.

### Saúde

No setor da Saúde, ainda que nem todos os indicadores sejam positivos, salienta-se o aumento do número de médico/a(s) por 1000 habitantes. Em 2013 o Algarve apresentava um rácio de 3,4, enquanto em 2006 não ultrapassava 2,8. Esse reforço derivou sobretudo do surgimento de um conjunto de novos estabelecimentos de saúde privados.

### Segurança rodoviária

O investimento na melhoria das condições de circulação e segurança na infraestrutura rodoviária contribuiu para a diminuição da mortalidade nas estradas. O índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas baixou de 3,19 mortos por 100 acidentes para 2,09.

### Modernização administrativa

O esforço de modernização e desburocratização da Administração e da facilitação da sua relação com o cidadão permitiu um aumento assinalável da proporção de declarações fiscais (Modelo 3) entregues on-line. No caso do Algarve, em 2006, só 66,5% das declarações eram entregues por essa via. Em 2013, esse valor subiu para cerca de 89%.

Em 2006 não existia no Algarve nenhuma Loja do Cidadão. Através do apoio concedido pelo Programa Operacional Regional, o Algarve passou a apresentar, em 2015, uma taxa de cobertura de 12,5%.

## Retrospectiva 2007-2015

### Sociedade da informação

No Algarve, os acessos à internet em banda larga por cada 100 habitantes aumentaram de 25%, em 2011, para cerca de 30%, em 2013, com a região a superar a média nacional neste último ano.

A proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos com ligação à Internet em casa aumentou significativamente de 2006 (34%) para 2015 (69%).

Apesar do período conturbado que o país e a região atravessaram, do qual tentam ainda recuperar, houve medidas cuja implementação propiciou uma melhoria das condições pré-existentes, embora o impacto dos investimentos pudesse ter sido mais marcado se as condições de contexto fossem mais favoráveis.



**Fontes**

Boletim Estatístico, Banco de Portugal  
Base de dados do Eurostat  
Base de dados do FMI  
Base de dados do INE  
Instituto do Emprego e Formação Profissional  
Projeto Impactur, CIITT - Universidade do Algarve  
Instituto da Segurança Social  
Sistema de indicadores de contexto do QREN, INE

**Bibliografia**

CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS (2015) Finanças Públicas: Situação e condicionantes 2015-2019. Relatório do Conselho de Finanças Públicas n.º 3/2015  
“Contas Nacionais e PIB”, Eurostat

MATEUS, Augusto (Coord.) (2015) Três Décadas de Portugal Europeu. Balanço e Perspetivas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

RODRIGUES, Carlos (Coord.) (2016) Introdução ao Estudo “Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal 2009-2014. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

**Siglas**

BCE - Banco Central Europeu  
CAE - Classificação das Atividades Económicas  
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos  
PIB - Produto Interno Bruto  
pp - Pontos percentuais  
PPC - Paridades do Poder de Compra  
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional  
REVPAR - *Revenue per Available Room* (Receita por quarto disponível)  
RSI - Rendimento Social de Inserção  
VAB - Valor Acrescentado Bruto

**Design e paginação**

Isabel Beja

**Análise e textos**

Isabel Beja • Colaboração: Aquiles Marreiros